



1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

SUMÁRIO

1. Estrutura de Controles Internos	3
1.1. Introdução	3
1.1.2. Grupos	4
1.2. COOPERBOMBRIL	5
1.2.1. Considerações Finais	6
1.2.2. ANEXO I – Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos	8
1.2.3. Anexo II – Controle de Revisões	11

1. Estrutura de Controles Internos

1.1. Introdução

Para atendimento às resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN – nºs 4.968/21 e 4.606/17 apresentamos a estrutura de controle interno e gerenciamento de riscos da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Bombril - COOPERBOMBRIL**, que será descrita no **ANEXO I**:

O conjunto de manuais e políticas que compõe o conteúdo da estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos da **COOPERBOMBRIL** é composta por 7 (sete) grupos abrangendo:

1. Estrutura;
2. Gerenciamento de Riscos
3. Crédito;
4. Governança;
5. Operacional;
6. Liquidez e Capital;
7. Ouvidoria e Canal de Denúncias;

Abaixo descrevemos cada grupo:

1. Estrutura

Apresenta a estrutura gerenciamento simplificado de riscos e de controles internos praticada pela **COOPERBOMBRIL**.

2. Gerenciamento de Riscos

Constam as políticas necessárias para contemplar o gerenciamento contínuo de riscos, controles e processos relacionados ao gerenciamento de riscos de crédito, de liquidez e capital, operacional, continuidade de negócios, de tecnologia da informação, dentre outros, proporcionalmente à natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da **COOPERBOMBRIL** categorizada como S5 apta à adoção da estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.

3. Crédito

Especifica a política de crédito e a recuperação de crédito e eventuais possibilidades de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras.

4. Governança

Indicam o conjunto de processos, políticas e regulamentos que fundamentam a forma como a **COOPERBOMBRIL** é dirigida, administrada e controlada, permitindo que seus cooperados

asseguem a execução dos objetivos organizacionais, visando a transparência nas relações e na prestação de contas bem como na mitigação do conflito de interesses que possa ocorrer.

5. Operacional

Relaciona as políticas e manuais referentes ao risco operacional estabelecendo regras e diretrizes na identificação e gerenciamento de riscos. Auxilia na definição de procedimentos para o monitoramento eficaz e contínuo das atividades operacionais e procedimentos administrativos da **COOPERBOMBRIL** verificando suas consistências às políticas, leis e regulamentos vigentes e grau de exposição aos riscos com o intuito de garantir segurança e confiabilidade dos processos.

6. Liquidez e Capital;

Apresenta políticas específicas referentes a manutenção do encaixe entre os recursos captados pela **COOPERBOMBRIL** e a concessão de crédito aos associados aos recursos da cooperativa e conta capital.

7. Ouvidoria e Canal de Denúncias.

Indica os órgãos em que seus associados podem fazer reclamações, sugestões de melhoria, elogios ou denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a associados, funcionários e terceiros.

1.1.2. Grupos

Cada grupo é composto por políticas, manuais e regimento que compõe o conjunto da estrutura de controles internos da **COOPERBOMBRIL**.

A cada nova exigência que necessite da criação de política ou manuais, poderá ser criada, seguindo a numeração apresentada. Ao inserir qualquer item, necessariamente, deverá ser atualizado o **ANEXO I** que contém toda a descrição da estrutura. Toda estrutura foi criada baseada no contexto de porte e complexidade da **COOPERBOMBRIL** e visa atender os normativos estabelecidos para cooperativas de “*capital x empréstimos*” cujo nível de exposição ao risco é menor.

No **Anexo II - Controle de Revisões** ficarão registrados as datas das últimas alterações que ocorrerem na composição da Estrutura de Controles Internos.

1.2. COOPERBOMBRIL

A **COOPERBOMBRIL** é uma instituição sem fins lucrativos difundindo o conceito cooperativista de atender as necessidades nas questões financeiras e sociais aos associados e seus dependentes. A **COOPERBOMBRIL** está estruturada com base na legislação federal (leis nºs 4.595/64 e 5.764/71), leis complementares nºs 130/09 e 196/22 e normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil que disciplinam o funcionamento das instituições financeiras.

Baseada nos 7 (sete) princípios do cooperativismo, a **COOPERBOMBRIL** atua conforme as premissas abaixo:

- **Adesão voluntária e livre** - O acesso é livre a quem queira cooperar, e, de outro, que a manifestação de adesão compete ao próprio interessado, desde que o faça de forma livre e espontânea, atenda aos requisitos previstos no estatuto da entidade e esteja disposta a aceitar os princípios da doutrina cooperativista, é o que dispõe o art. 29 da lei nº 5.764/71. Este princípio tem a ver imediatamente com os valores da liberdade e da igualdade;
- **Gestão democrática** – Significa dizer que a sociedade cooperativa, quanto à sua governança, deve guiar-se pelos princípios próprios da democracia, que pressupõe a atuação responsável de todos os associados através de representantes eleitos para conduzi-la, mas, sobretudo, através da Assembleia Geral, órgão máximo da organização cooperativa, a quem cabe as decisões mais importantes da entidade, que são tomadas segundo o princípio da gestão democrática, isto é, cada delegado eleito pelos associados tem direito a um voto independentemente da sua participação financeira (quota parte) na entidade. O direito a voto é decorrente do simples ingresso na sociedade, sendo igual para todos. O princípio em questão dá vida aos valores da democracia, da igualdade, da transparência e da responsabilidade.
- **Participação econômica dos membros** – A cooperativa tem início e desenvolve-se com a formação e incremento de sua estrutura patrimonial, baseada no capital social e reservas. Os delegados, eleito por voto pelos associados, participam na constituição financeira da cooperativa através da integralização e subscrição de suas quotas partes, bem como usufruem dos resultados obtidos ao final de cada exercício, seja através da distribuição das sobras entre os associados, seja em razão dos investimentos feitos com tais sobras em prol da cooperativa como um todo. Na distribuição das sobras não tem relevância o valor da quota integralizada pelo associado, mas a sua participação nas atividades da sociedade. A aplicação deste princípio torna efetivos os valores da responsabilidade e da solidariedade;
- **Autonomia e independência** – O empreendimento cooperativo é autônomo e independente. A cooperativa não pode vincular-se de forma subordinada a nenhuma entidade ou pessoa estranha ao seu quadro de associados. Pode firmar convênios, acordos

e outros mecanismos para ampliar suas atividades ou melhorar as condições dos serviços prestados aos seus associados. Entretanto, estes recursos não podem resultar em desrespeito à autonomia e ao controle democrático da entidade pelos sócios. O princípio em questão refere-se aos valores da democracia, transparência e honestidade;

- **Educação, formação e informação** – A boa prática cooperativista, sua expansão entre os diferentes públicos e a sustentabilidade do empreendimento requerem a preparação dos associados, dirigentes, conselheiros fiscais e demais colaboradores e a conscientização de todos. Faz-se necessário que aqueles que ingressam numa entidade cooperativa tenham clareza com relação à doutrina cooperativista, bem como quanto ao funcionamento da entidade da qual passam a fazer parte. Este princípio é de fundamental importância, uma vez que o cooperativismo constitui doutrina própria, com princípios específicos, formas de atuação definidas e não pode ser confundido com outros tipos de associação comuns em qualquer sociedade. O princípio relaciona-se imediatamente com os valores da transparência e da responsabilidade;
- **Intercooperação** – Preconiza que a união e a cooperação sejam realizadas não apenas entre os membros de uma cooperativa, mas também pelas cooperativas entre si, através de estruturas locais, regionais, nacionais e até internacionais. A intercooperação é uma das formas pelas quais se pratica o valor da solidariedade;
- **Interesse pela comunidade** – as cooperativas têm o dever de conduzir-se para o desenvolvimento equilibrado das próprias comunidades e para o bem-estar de suas populações, universo no qual se inserem os seus associados (membros). O principal objetivo de uma cooperativa é a melhoria das condições de vida daqueles que nela ingressam. O princípio associa-se diretamente ao valor da responsabilidade socioambiental.

1.2.1. Considerações Finais

A Estrutura de Controles Internos será aprovada e revisada a cada 2 (dois) anos, ou quando houver exigências e ou alterações dos órgãos normativos pela Diretoria Executiva, da **COOPERBOMBRIL** que deverá assegurar sua divulgação, bem como manter documentação relativa à disposição do Banco Central do Brasil.

Este documento é parte integrante da estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. Estrutura completa no **ANEXO I - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS** destacada no grupo **1. Estrutura**, item: **1.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS**.

João Carlos Dias
Diretor Secretário

Emerson Aparecido Sampaio
Diretor Tesoureiro

1.2.2. ANEXO I – Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

GRUPO	NUM. VIGENTE	LEGISLAÇÃO	ÍNDICE
1. ESTRUTURA	1	Res. 4.968/21 e 4.606/17	Estrutura de controles Internos - COOPERBOMBRIIL
2. GERCTO. DE RISCOS	1	Resolução 4.606/17	Política de Gerenciamento Contínuo de Riscos
	2	Resolução 4.606/17, 4.677/18 e 5.077/23	Política de Gerenciamento de Risco de Crédito
	3	Resolução 4.606/17	Política de Gerenciamento de Risco Operacional
	4	Resolução 4.606/17	Política de Seleção e Contratação de Prestadores de Serviços
	5	Resolução 4.606/17, 4.677/18 e 5.077/23	Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e Capital
	6	Resolução 4.945/21	Política de Gerenciamento de Risco de Responsabilidade Social Ambiental e Climática
	7	Resolução 4.893/21	Política de Risco Cibernético
	8	Resolução 4.606/17 e 5.049/22	Política de Continuidade de Negócios
	8a	Resolução 4.606/17 e 5.049/22	Plano de Continuidade Operacional e Liquidez - PCOL ANEXO
3. CRÉDITO	1	Resolução 4.606/17	Manual Risco de Crédito
	2	Res.2.682/99 e 2.697/00	Política de Crédito e Recuperação de Crédito
4. GOVERNANÇA	1	Resolução 4.968/21	Regimento da Assembleia

	2	Resolução 4.968/21	Regimento da Diretoria Executiva
	3	Resolução 4.968/21	Regimento do Conselho Fiscal
	4	Resolução 4.968/21	Regimento dos Colaboradores e Prestadores de Serviço
	5	Resolução 4.968/21	Regimento dos Associados
	6	Resolução 4.878/20 e 4.968/21	Regimento Eleitoral da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Delegados
	7	Resolução 4.968/21	Regimento do FATES
	8	Resolução 4.968/21	Código de Conduta e Ética
	9	Resolução 5.051/22	Política de Governança Cooperativa (*)
	10	Resolução 4.878/20	Política de Sucessão (*)
	11	Resolução 4.949/21	Política Institucional de Relacionamento
	12	Resolução 4.879/20	Regulamento da Auditoria Interna (*)
	13	Resolução 4.595/17	Política de Conformidade (*)
	14	Resolução 4.693/18	Política de Partes Relacionadas
	15	Resolução Conjunta BACEN de nº 8	Política de Educação Financeira
5. OPERACIONAL	1	Resolução 4.606/17	Manual Risco Operacional
	2	Circular 3.978/20	Política e Manual de PLD
	3	Resolução 4.606/17	Política de Gestão de Pessoas
	4	Resolução 4.968/21	Política de Pagamentos em Geral e Alçadas

	5	Leis 5.764/71 e LC 130/09 e 196/22	Regimento de Atos Cooperativos e não Cooperativos
	6	Lei nº 13.709/18	Política de Privacidade e Proteção de Dados
	7	Resolução 4.968/21	Política dos Sistemas de Controles Internos
	8	Res. 4.858/20 e 4.924/21	Política de Controle de Registros e Contabilidade
6. LIQUIDEZ E CAPITAL	1	Resolução 4.606/17, 4677/18 e 5077/23	Manual Risco de Liquidez e Capital
7. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS	1	Resolução. 4.860/20	Manual de Ouvidoria (Contato Seguro)
	2	Resolução. 4.859/20	Canal de Denúncias (Contato Seguro)

1.2.3. Anexo II – Controle de Revisões

Grupo	Item	Documento	Data Alteração/Aprovação
		Políticas de Gerenciamento de Riscos	29/11/2019
Geral	Geral	Itens de 1 a 6	14/12/2020
1 a 7	Todos	Estrutura de Controles Internos	11/12/2023

Nota: Qualquer alteração/inclusão/atualização será registrada no item Controle de Revisões.